

8/31/2015

Solução apresentada a Bruxelas

Metrobus poderá ser solução para Metro do Mondego

O Governo apresentou à Comissão Europeia uma solução para o Sistema de Mobilidade do Mondego (Metro do Mondego), que consiste num Metrobus. Definida pelo ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Poiares Maduro, uma solução alternativa *“metropolitana rodoviária”*, que poderá beneficiar de financiamento através de fundos comunitários. O responsável adiantou à agência Lusa que o estudo desenvolvido pelo LNEC *“está praticamente concluído e que será apresentado nos próximos dias, mas que já existem conclusões preliminares”*. Sem avançar detalhes, Poiares Maduro garantiu que não se trata de um normal autocarro elétrico: *“É uma coisa diferente, as pessoas julgam que é um autocarro normal e não é. Do ponto de vista de funcionamento e de acessibilidade para as pessoas não é diferente do metro”*, afirmou.

O ministro adiantou que o estudo do prevê a inclusão da zona urbana de Coimbra na solução a ser adotada e não apenas a ligação entre aquela cidade e os municípios de Miranda do Corvo e Lousã, *“para garantir a sustentabilidade global do projeto”* do Metro Mondego.

Caso seja adotada, a solução Metrobus permitirá manter e utilizar os investimentos já realizados no projeto, não os desperdiçando: *“É isso que entendemos que pode levar a que, realmente, a Comissão Europeia aceite que fundos europeus possam ser utilizados para financiar esta solução”*, disse Poiares Maduro à Lusa.

O ministro lembrou que a Comissão Europeia (CE) *“tinha recusado financiar com fundos europeus o sistema de mobilidade original, constituído por um metropolitano sobre carris, considerando-o “inaceitável por não ser minimamente sustentável, minimamente viável”*. Nas negociações com Bruxelas, o Governo conseguiu que a CE *“aceitasse a possibilidade de poderem vir a ser utilizados fundos europeus para financiar o Sistema de Mobilidade do Mondego, desde que Portugal apresentasse uma solução alternativa e demonstrasse a sua sustentabilidade económica e financeira” e que essa sustentação estivesse assente num estudo técnico “credível e independente”*.

Por: Carlos Moura

Fonte: